

# 2012

## EM DEBATE

### OPINIÃO PÚBLICA E CONJUNTURA POLÍTICA

Um periódico do grupo de pesquisa Opinião Pública,  
Marketing Político e Comportamento Eleitoral

Ano 4 - N.01  
Abril de 2012  
ISSN: 2176 - 4883



#### DOSSIÊ O PAPEL DA OPOSIÇÃO

Helcimara Telles  
Bruno Speck  
João Franciso Meira  
Isabel Ferin Cunha

**Opinião**  
Sandra Avi dos Santos

**Resenha**  
Felipe Riccio

Periódico Eletrônico do Grupo de  
Pesquisa "Opinião Pública, Marketing  
Político e Comportamento Eleitoral"



**Universidade Federal de Minas Gerais**

Avenida Presidente Antônio Carlos, 6627  
Campus Pampulha CEP: 31.270-901  
Belo Horizonte - MG - Brasil  
Tel: (31) 3409-3823

# OPOSIÇÃO POLÍTICA E CRISE ECONÔMICA EM PORTUGAL

*Political opposition and economic crisis in Portugal*

Isabel Cunha

*Instituto de Estudos Jornalísticos da Universidade de Coimbra (IEJ)*

✉ barone.ferin@gmail.com

**Resumo:** O presente artigo aborda a crise financeira internacional que eclodiu na Europa em 2007, focando-se especialmente em Portugal, e apresentando esse cenário de endividamento externo e interno a qual o país enfrenta desde o começo do milênio para ilustrar esse contexto desfavorável à democracia, detentor de um atual governo de coligação à direita, em que se tem uma oposição parlamentar fragilizada.

**Palavras-chaves:** oposição política; crise econômica; Portugal.

**Abstract:** This article discusses the financial crisis that erupted in Europe in 2007, focusing especially in Portugal, and presenting this scenario of external and internal debt which the country is facing since the beginning of the millennium to illustrate this unfavorable context for democracy, holder of a current rightist government, which has a parliamentary opposition weakened.

**Key words:** political opposition; economic crisis; Portugal.

A crise financeira internacional eclodiu em setembro de 2007, despoletada pela falência do banco Lehman Brothers. Na Europa, as repercussões tiveram especial impacto na designada crise da dívida pública que começou a desenhar-se em 2009. O pedido de ajuda externa solicitado pela Grécia (Maio de 2010), pela Irlanda em (Novembro de 2010) e por Portugal (Abril de 2011), incapazes de cumprir os seus compromissos financeiros, consolida a Crise da Zona Euro. Este fenómeno, que é acompanhado pela pressão das agências americanas de rating (Moody's, Standard & Poor's e Fitch) que baixaram sucessivamente os níveis de creditação dos Estados e das empresas destes países — bem como da Bélgica, Espanha, Itália e França —, com base na especulação sobre possíveis incumprimentos, leva à implementação de medidas de “austeridade”. A implantação destas medidas, vigiada por

representantes do Banco Mundial, FMI e Banco Central Europeu (a troika) têm vindo a desencadear, em todos os países, sobretudo nos mais vulneráveis (Grécia, Irlanda e Portugal) contrações súbitas do PIB (superiores a 3%), aumento exponencial do desemprego (acima dos 15%), despedimentos em massa no sector público e no privado, rebaixamento compulsório dos salários e benefícios sociais, aumento generalizado dos impostos diretos e indiretos com consequências imediatas na destruição do tecido económico, falência de empresas e aumento (não contabilizado) da pobreza e da mortalidade.

Em Portugal, a “crise económica” se vinha arrastando desde o início do milénio, com crescente endividamento interno e externo, baixas taxas de crescimento do PIB (0,3 a 1,5%), aumento do desemprego e dificuldades em enfrentar a abertura aos mercados emergentes. Estudos empíricos sobre as coberturas jornalísticas dos finais de mandato de primeiros-ministros (António Guterres, 2001-2002; Santana-Lopes, 2004-2005) na imprensa de referência registam como tema recorrente as questões sobre o défice e a economia (Cunha, 2007: 30-38). Na cobertura das eleições legislativas de 2005, os temas dominantes das candidaturas, embora ainda apresentados sobre diversas perspetivas, focaram preferencialmente a situação das finanças públicas, aludindo repetidamente a ilícitos na governação. Em estudos realizados sobre as Legislativas de 2009, observou-se que os temas mais focados pelos partidos nos canais televisivos de sinal aberto foram, para além das “Ações de Campanha” (42,3%), as questões referentes à “Economia, Finanças e Crise” (19,9%) e aos “Escândalos e Processos Judiciais” (5,4%) (Cunha, 2010: 175-194). Nos canais de acesso pago, os temas “Escândalos e Processos Judiciais” (9,7%) e “Economia, Finanças e Crise” (4,9%) ocuparam, respetivamente, o terceiro e quarto lugar entre os temas mais referenciados na cobertura destas eleições. Estes exemplos, retirados de estudos empíricos sobre atos de democracia, ilustram que a cobertura jornalística da “crise” encontra-se, desde o início do milénio, cada vez mais associada à desocultação

de “casos”, identificados com corrupção, que adquirem grande visibilidade por envolverem figuras políticas no ativo, ou ex-dirigentes políticos dos três partidos com maior representatividade parlamentar (Partido Socialista, PS; Partido Social Democrático, PSD e Centro Democrático Social, CDS), como suspeitos.

Durante o mandato maioritário do governo socialista (2005-2009), presidido pelo primeiro-ministro José Sócrates, foram tomadas algumas medidas estruturais para reequilibrar o déficit mas a crise internacional acabou por anular estes esforços. Nas eleições de 2009 que atribuiu ao PS novo mandato, desta vez por minoria (36,56% contra 29,09% do maior partido da oposição, PSD), já eram visíveis as dificuldades da governação em consequência do aumento do déficit externo. Em pouco mais de um ano sucederam-se três “programas de estabilidade e crescimento” (PEC), inicialmente apoiados pelo então maior partido da oposição, o PSD. A rejeição por este partido e restante oposição (CDS; Partido Comunista Português, PCP; Bloco de Esquerda, BE; Partido dos Verdes, PV) do PEC IV, que fora apoiado pela União Europeia — e que incidia na flexibilização das leis laborais, diminuição do montante e duração dos subsídios de desemprego, aumento de impostos diretos e indiretos — determinou a demissão do primeiro-ministro José Sócrates. Segue-se a convocação de novas eleições e o pedido de resgate (março 2011).

As eleições legislativas de 2011 vieram alterar o panorama político português, legitimando uma coligação à direita (PSD, com 38,65%, e CDS, 11,70%) e a queda do PS (28,06%) e de toda a esquerda. Acrescente-se que 41% foi a percentagem estimada de abstenção nestas eleições, o que demonstra o alheamento, desinteresse ou descredibilidade dos portugueses face ao sistema político nacional. Em simultâneo, assiste-se à conjugação de dois fatores favoráveis à implementação das medidas de “austeridade” preconizadas pelos interventores financeiros (“troika”) e apoiada pelo eixo

franco-alemão. Os dirigentes dos partidos da coligação apresentavam uma orientação abertamente neoliberal e alguns dos ministros que integraram o governo foram altos-funcionários de bancos e de organismos que apoiaram o resgate. Um segundo aspeto a salientar diz respeito ao Presidente da República, primeiro-ministro do PSD de 1985 a 1995 e que ocupa a presidência desde 2006. Apesar do atual presidente ter sido, enquanto primeiro-ministro, quem mais contribuiu para o endividamento do país e para a promiscuidade entre interesses públicos e privados, o seu discurso sempre se articulou em torno de políticas neoliberais matizadas por princípios de democracia cristã. Neste contexto, a oposição que emergiu das eleições legislativas de 2011 encontra-se duplamente fragilizada. Primeiro pelos resultados das eleições que elegeram um parlamento maioritariamente de direita, com o recuo nítido do PS e do BE. Em seguida, porque o ex-governo do PS foi responsabilizado por todos os partidos políticos e pela opinião dos cidadãos aferida em sondagens, pela governação danosa e consequente negociação do resgate financeiro internacional.

Convém salientar que os dois mandatos do PS foram acompanhados de numerosas polémicas mediatizadas sobre a figura do primeiro-ministro e seus mais próximos apoiantes partidários. Sobre estes governantes pairaram, e continuam a pairar, suspeitas e indícios, levados a julgamento, de crimes diversos no âmbito da corrupção política, tais como fraude, suborno, a apropriação indevida de bens, tráfico de influências, favorecimento seletivo e financiamento ilegal de partidos. Em Portugal, este último aspeto tem dominado os casos mais mediatizados, mas a apropriação indevida de bens e o favorecimento seletivo com vista ao enriquecimento próprio, têm vindo a aumentar nos últimos anos a coberto da “dança de cadeiras” entre ex-ministros, ministros e gestores da Banca e das grandes empresas públicas e privadas. Estes gestores, ora no governo ora fora do governo, tendem a apropriar-se — em benefício próprio, ou dos grupos que representam — não

só da riqueza disponível, que colocam em *offshores*, como a condicionar determinados negócios aos interesses dos seus grupos de pertença. Não havendo em Portugal legislação que enquadre os *lobbis*, esta atividade subterrânea tem feito de agentes políticos o seu braço no parlamento e nos partidos que alternam na governação. Neste aspeto, as suspeitas, os indícios, as investigações e os julgamentos, embora sem resultados contabilizáveis, têm incidido sobre atores pertencentes a todos os quadrantes políticos do designado “partido do centro ou Bloco Central”, composto pelo PS, PSD e CDS.

Trata-se de um contexto desfavorável à democracia, onde a oposição parlamentar está fragilizada, não só porque o maior partido da oposição negociou os acordos que permitiram a intervenção externa, como pelo facto dos partidos mais à esquerda terem diminuído, drasticamente, o número de votantes. Se o novo líder do maior partido de oposição, José Seguro (PS), tem demonstrado colaborar na implantação do programa imposto pelos interventores, observa-se no último mês que este entendimento está em fase de terminar. Convém sublinhar que o atual governo de coligação à direita não só tem vindo à aplicar as medidas de liberalização exigidas, como as anuncia enfatizando que vão “para além das exigências da troika” no que toca à reformulação das leis laborais, despedimentos no sector público e aumento dos impostos diretos e indiretos. Ao mesmo tempo, começa a ser evidente que as demonstrações de força do governo face aos trabalhadores não têm correspondência na eliminação de privilégios e “rendas fixas” pagas pelo Estado a empresas privadas e públicas que, na verdade, controlam por meio dos *lobbies* o Estado.

Neste cenário, a verdadeira oposição está a ser feita pelos sindicatos — Confederação Geral dos Trabalhadores, CGTP e União Geral dos Trabalhadores, UGT — através das mobilizações locais e greves gerais e nas

ruas das grandes cidades, pelos trabalhadores espoliados dos seus direitos mínimos sociais.

## Referências

- CUNHA, I. Ferin. Televisão e Cobertura das Legislativas de 2009: das estratégias às crises. *Revista Media & Jornalismo*, n. 17, v.9, pp. 175-194, 2010.
- CUNHA, I. Ferin. *Jornalismo e Actos de Democracia*. Lisboa: Paulus, 2010.
- COSTA, J.; FAZENDA, L.; HONÓRIO, C; LOUÇA, F.; ROSAS, F. *Os donos de Portugal*. Porto: Edições Afrontamento, 2010.